



PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A. - CNPJ: 08.542.325/0001-08 - NIRE: 42300031127
Rua Nereu Ramos, 184 – Centro – Caçador/SC – CEP 89500-000

Relatório da Administração - 2019

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à apreciação de V. Sas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da empresa Passos Maia Energética S.A. Agradecemos a colaboração recebida de todos e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas, em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas.

Florianópolis, 13 de março de 2010
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2018	
		31.12.2019	31.12.2018			31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.959	8.965	Fornecedores	12	2.017	3.384
Contas a receber	8	3.372	2.740	Financiamentos	13	7.431	7.453
Almoarifado		359	343	Impostos a recolher		753	745
Outros ativos		94	69	Dividendos a pagar	15	2.988	2.698
Total do ativo circulante		10.784	12.117	Outros passivos		642	481
				Total do passivo circulante		13.831	14.761
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicação financeira restrita	9	3.018	2.965	Financiamentos	13	37.637	44.860
Outros ativos		2.579	2.616	Provisão para riscos cíveis e fiscais	20	2.265	2.143
Imobilizado	10	90.888	95.811	Total do passivo não circulante		39.902	47.003
Intangível	11	860	1.158	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		97.345	102.550	Capital social	15 (a)	37.617	37.617
				Reserva de capital	15 (b)	6.619	6.619
				Reservas de lucros	15 (c)	10.160	8.667
				Total do patrimônio líquido		54.396	52.903
TOTAL DO ATIVO		108.129	114.667	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		108.129	114.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Passos Maia Energética S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina. Constituída em 20 de dezembro de 2006, a Companhia é uma sociedade de propósito específico que tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 25,0 MW* de potência instalada, localizada no rio Chapecó, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Município de Passos Maia, norte do Estado de Santa Catarina. A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 2 de março de 2004 (Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 68) pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da referida resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Em 3 de junho de 2011, conforme despacho nº 2.363 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a PCH Passos Maia obteve autorização para alteração do nome do empreendimento para PCH Victor Batista Adami. A aprovação por parte dos acionistas da Companhia ocorreu na AGE de 08 de novembro de 2011. A Companhia firmou, em 14 de dezembro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG"), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 12,5MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2025. A Companhia é controlada em conjunto pela Statkraft Energias Renováveis S.A. ("SKER") e Adami S.A. - Madeiras ("Adami"), das quais cada uma detém 50% das ações do empreendimento.

1.1. Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2019, o capital circulante líquido da Companhia é negativo em R\$3.047 (R\$ 2.644 em 2018). A Administração entende não haver risco de liquidez, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a dividendos a pagar aos acionistas e às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, decorrentes de financiamentos, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber em aberto, levantadas na data destas demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da venda de energia conforme contrato com a CEMIG em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de fevereiro de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no

resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

3.3.3. "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são incorridas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de "swap", troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

3.5. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para créditos de realização duvidosa é avaliada levando em consideração as perdas esperadas na realização dos créditos. Na data-base das demonstrações financeiras não havia necessidade de provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Aplicável até 30 de setembro de 2019

A depreciação do ativo imobilizado foi calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada, limitados ao prazo de autorização (vide nota explicativa nº 10).

Aplicável a partir de 1º de outubro de 2019

A partir de 1 de outubro de 2019, a depreciação do ativo imobilizado passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão Caso haja alteração no cenário regulatório ou

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA LÍQUIDA		17	40.731
Custo do fornecimento de energia elétrica	18. a)	(21.451)	(8.766)
LUCRO BRUTO		19.280	17.936
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18. b)	(1.882)	(1.957)
Outras (despesas) receitas		(154)	609
		(2.036)	(1.348)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		17.244	16.588
Receitas financeiras		494	529
Despesas financeiras		(4.043)	(4.746)
RESULTADO FINANCEIRO	19	(3.549)	(4.217)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.695	12.371
Imposto de renda e contribuição social	14	(1.115)	(1.006)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.580	11.365
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		3.344	3.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.580	11.365
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	12.580	11.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		37.617	6.619	-	-	-	44.236
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.365	11.365
Constituição de reserva legal	15 (d)	-	-	568	-	(568)	-
Dividendo mínimo obrigatório	15 (d)	-	-	-	-	(2.698)	(2.698)
Constituição de reserva de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	8.099	(8.099)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		37.617	6.619	568	8.099	-	52.903
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.580	12.580
Constituição de reserva legal	15 (d)	-	-	629	-	(629)	-
Dividendo mínimo obrigatório	15 (d)	-	-	-	-	(2.988)	(2.988)
Dividendos adicionais pagos	15 (d)	-	-	-	(8.099)	-	(8.099)
Constituição de reserva de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	8.963	(8.963)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		37.617	6.619	1.197	8.963	-	54.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		13.695	12.371
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	(158)	(190)
Depreciação e amortização	10 e 11	5.357	6.514
Encargos financeiros de financiamentos	13	3.872	4.688
Provisão para riscos cíveis e fiscais	20	122	12
Baixa de ativo intangível	11	125	267
Despesas financeiras sobre arrendamentos		10	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(632)	69
Almoarifado		(16)	(287)
Outros ativos		12	323
Fornecedores		(1.367)	(9.798)
Imposto e contribuição a pagar		8	(7)
Outros passivos		163	(849)
Juros pagos sobre financiamentos	13	(3.735)	(4.414)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.264)	(1.086)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas		16.192	(356)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicação financeira restrita	9	-	(2.702)
Resgates de aplicação financeira restrita	9	105	3.457
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	10 e 11	(124)	(303)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		(19)	452
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de financiamentos - principal	13	(7.382)	(7.274)
Dividendos pagos	15 (d)	(10.797)	(7.969)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(18.179)	(15.243)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.006)	(7.178)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	8.965	16.143
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	6.959	8.965
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.006)	(7.178)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

3.8. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e valores de compensações ambientais. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

a) Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados às Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis conforme CPC 04.

3.9. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o